

DESENVOLVIMENTO SOCIOPOLÍTICO AMBIENTAL & GESTÃO COMPARTILHADA: POSSIBILIDADE DE UMA NOVA COMPOSIÇÃO CRÍTICA SOCIAL

ENVIRONMENTAL SOCIO-POLITICAL DEVELOPMENT AND SHARED MANAGEMENT: POSSIBILITIES OF A NEW SOCIAL CRITIC COMPOSITION

Rahyan de Carvalho Alves.

Geógrafo, Mestrando em Geografia pelo Instituto de Geociências da
Universidade Federal de Minas Gerais – IGC/UFMG.

Especialista em Gestão Ambiental com Ênfase em Biodiversidade
pela Faculdade Promove de Janaúba-MG.

rahyncarvalho@yahoo.com.br

RESUMO

A grande questão do desenvolvimento sustentável, atualmente, está envolvida na capacidade do homem perceber as limitações do individualismo e das consequências das segregações sociais, sucedida pela pressão existente entre a utilização desmedida dos recursos naturais e da ideologia da produção advinda do capital, podendo emergir, em sua forma de discussão, uma prática inovadora no quadro da política socioambiental pela cidadania participativa e popular, possibilitando promover uma diferente concepção de sociedade. Desta forma, este trabalho denota-se como relevante, pois tem como objetivo abordar o desenvolvimento sustentável como possibilidade de uma nova integração social pautada numa composição democrática através da conjuntura sociopolítica ambiental. E o caminho utilizado para alcançar o objetivo findou-se em levantamento bibliográfico. O desenvolvimento sustentável apresenta como uma forma de inserção da participação de todos os setores da sociedade nos pilares da estrutura política e social, sendo imprescindível a sua discussão.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Política. Gestão compartilhada. Cidadania. Renovação.

ABSTRACT

A major question of sustainable development these days is linked to the human capability to understand the limits of individualism and therefore the consequences of social segregation, followed by the pressure of both the overuse of natural resources and the ideology of production obtained from capital and, susceptible to arise an innovative practice in the scenery of social-environmental policy, by participatory and popular citizenship, leading to promote a different conception of society. Thus, this work is relevant, since it aims to address the sustainable development as a new social integration based on a socio-political environment through democratic composition. And the path used to fulfill this goal was bibliographic survey. Sustainable development emerges as a way of inserting the participation of all sectors of society in the pillars of the political and social structure, being its discussion essential.

Keywords: Sustainable Development. Policy. Shared management. Citizenship. Renewal.

INTRODUÇÃO

Pensar em desenvolvimento sustentável, no atual quadro socioeconômico que vivenciamos, é buscar ações políticas de caráter social que procurem a ruptura do ativo processo de modelação da produção do capital e repensarmos formas de governabilidade do povo e para o povo, podendo, desta forma, almejarmos uma qualidade de vida coletiva, equidade social, produção econômica sustentável, fatores constituintes dos objetivos centrais de tal desenvolvimento.

Mas, é preciso pensarmos o exercício da cidadania, neste processo de participação, e buscarmos uma efervescência de pensamentos para refletirmos a possibilidade de uma nova composição social a partir dos discursos de desenvolvimento o qual, de fato, não é socialmente sustentável, propondo ações para a garantia da continuidade e regularidade da atividade humana em contornos socialmente aceitos, percebendo as necessidades da manutenção das forças econômicas, de vias não excludentes e desproporcionais, além de incluir, nesse mosaico, a qualidade social em equilíbrio com o ambiente percebido em suas múltiplas faces.

Diante do exposto, o referente trabalho objetivou abordar o desenvolvimento sustentável como possibilidade de uma nova integração social, pautada numa composição democrática através da conjuntura sociopolítica ambiental.

O trabalho está estruturado em dois momentos: primeiramente, aborda-se o conceito de desenvolvimento sustentável como possibilidade de uma nova reformulação geo-histórico-social, através da mobilização reflexiva popular; e por fim, discute-se a cogestão participativa, aplicada em consonância com a cidadania, como forma de mediação de ações sociais, promovendo algumas interfaces para atuações socioambientalmente transformadoras. E, para alcançar o objetivo, utilizou-se, como metodologia, levantamento bibliográfico.

O conceito de desenvolvimento sustentável e sua forma de aplicação abrange várias áreas e possibilidades de ações transformadoras, utilizando, positivamente, a sua forma política reflexiva, sendo um fator importante para promover um ponto de equilíbrio entre a proteção do ambiente na construção de uma nova representação social pautada na participação dos homens em sua forma de perceber o espaço em sua pluralidade política.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POSSIBILIDADE DE UMA NOVA RELAÇÃO SOCIAL

O desenvolvimento sustentável emerge com fortalecimento de embates, diante de diversos enfoques e empregos de seu(s) “conceito(s)”, retrato da necessidade de sua aplicação em múltiplos setores e pensamento das fusões sociológicas e economicistas, mas, a sua importância remete, focalmente, ao termo “necessidades”, sobretudo as de crescimento econômico e uma possibilidade de modificação do ambiente “*in natura*” e culturalmente construído, percebendo as limitações que o estágio da tecnologia se opõe aos países que se apresentam como novos potenciais do mercado mundial – como o Brasil – para atender às necessidades dos seres no atual momento e das proles futuras (BECKER, 1994; COSTA, 2008). O termo desenvolvimento sustentável é um emaranhado daquilo que se pode ou deve sustentar (FREITAS, 2007) e está em profunda ligação nas medidas socioculturais e econômicas que, aos poucos, integram-se e proporcionam profundas reflexões.

E compreender o desenvolvimento sustentável é analisar o discurso da limitação do crescimento populacional, a garantia de alimentos para as futuras gerações, a preservação da biodiversidade como bandeira do seu crescimento, o consumo exarcebado como vilão dos processos de impactos socioambientais, dentre outros, ecoando como elementos de discursos sobre o desenvolvimento que se envolve na retórica do que fazer com tal termo.

A discussão permeia nas academias, nas pautas de projetos políticos, nas ações de marketing das grandes indústrias e empresas, mas as ações de sustentabilidade ambiental só poderão concretizar-se na medida em que as organizações políticas e sociais implantarem, de fato, programas de desenvolvimento social na base da produção e da organização da vida em um plano de fundo que busca resultados em uma escala macroespacial. Porém, percebo que a real mudança pode ocorrer com maior velocidade com as transformações de hábitos e ações no microuniverso local do sujeito, que representa, aos poucos, a formação de uma nova composição social ao perceber os resultados de suas ações no espaço.

A sustentabilidade é, de fato, um projeto de envolvimento que vem a descortinar as potências locais sobre as suas atividades e saberes para projeção de novas formas de modelação espacial. E tem como principal meta, não pela ideologia dominante, a luta em combate às desigualdades econômicas, pois, Barreto (2001, p.01) destaca que a sustentabilidade é este “[...] enfrentamento que tem, por conseguinte, três princípios: a conservação do meio ambiente, a *justiça social* e o crescimento econômico”, uma vez que, sem se atingir a questão social, dificilmente se tem uma relação de equilíbrio ambiental.

Este posicionamento político impulsiona a refletir sobre as dimensões da sustentabilidade aferidas por Sachs (1993), o qual postula a noção de que a base de uma mudança de sustentabilidade social está na formação de um pensamento e de um sistema que possibilite a diminuição do distanciamento entre os padrões de vida dos seres, sem rotulações de classes como produtos mercantis, mas sustentando uma equidade como base de direitos e condições de vida dignas, oferecendo uma eficiência macrossocial no teor econômico, reduzindo custos socioambientais e desfacelamentos psicossociais que refletem na maneira de o outro perceber o ambiente.

A questão socioambiental está na idoneidade do homem de apreender as limitações do individualismo e das consequências das segregações sociais advindas da pressão existente entre a utilização dos recursos naturais, em que se deve respeitar a perpetuação das soluções sustentáveis em longo prazo, com planejamentos que reverenciem a pluralidade cultural espacial e não utilizando ingredientes universais tidos como soluções para toda e qualquer realidade. O significado do que seja “desenvolvimento, antes de qualquer coisa, é *des (+) envolver*” (GONÇALVES, 2002, p.25), ou seja, é envolver a compreensão do sujeito como integrador do processo e como cogestor crítico das práticas das pequenas e grandes ações sociais, não dependendo das relações diretas do Estado para ser um agente que se envolva e desenvolva, politicamente, o seu lugar.

A dependência do ser humano sobre o meio em que vive deveria ser condicionada a um ambiente harmonioso que envolvesse serviços e bem-estar social coletivo de qualidade, porém o que é coletivo – tal como referência ao ambiente – muitas vezes, apresenta-se como público. E ter um gerenciamento deste elemento que é de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém dificulta o processo do que seja sustentável, pois o princípio para ser ambientalmente sustentável é a compreensão de que existe uma interdependência entre homem-natureza a qual só é apreendida na prática e na internalização de que faço parte deste cosmo.

O aspecto da participação e cooperação entre diferentes atores sociais, na busca da concretude do desenvolvimento ambiental, representa um compromisso para o desenvolvimento sustentável sociopolítico, não como uma alternativa de crescimento econômico de base tradicional, mas como uma mudança de hábito e atuação, reflexiva e prática entre a sociedade e seus organismos que são mutáveis (BRASIL, 2002).

E entre os pontos essenciais desta possível reviravolta social, a partir do desenvolvimento sustentavelmente, Sachs (1993) evidencia que o essencial para tal mudança de caráter sociopolítico se oferta em um novo consumo excessivo de reflexão política e não

material, no qual o lugar deva ser o quadrante universal maior entre a escala de movimentos e ações práticas, considerando metas ecológicas e econômicas, sendo, culturalmente, exercitadas, dando conotação sociológica, filosófica, política e economicamente realizada para uma coletividade maior.

A concentração do uso e da ideia do “sustentável” não consiste, prioritariamente, no prestígio de que os recursos naturais não são inesgotáveis, mas que a base de sua ideia política, para o bem coletivo, emana da redescoberta dos valores sociais e éticos nos quais o homem se baseia para com o compromisso social, em que devemos buscar uma nova forma de percebermos, enquanto seres e, principalmente, como cidadãos, recuperando a essência da cidadania no espaço de vida em comum, que se trata da totalidade socialmente construída pela cultura e as ações do Estado. Reconhecendo a força de uma comunidade, de grupos sociais, de movimentos, sendo o começo de um ultrapassar das dificuldades entravadas na coletividade (DOWBOR,1996).

Os exemplos dos movimentos sociais, das ONGs, dentre outros, mesmo com as críticas de algumas de suas políticas, são retratos de ações pautadas na importância da pressão e, inconfundivelmente, especiais na presença da discussão por melhoria da qualidade de vida e da construção de um novo meio ambiente. E é esta relação que deve ser compreendida no lugar, estando, no diálogo, a reflexão fundida na ação, em que os valores da nossa sociedade não podem ser antagônicos e as crises não devem ser as marcas de uma sociedade que busca, a todo o momento, o seu equilíbrio (FLORIANI & KNECHTEL, 2003).

A maneira de modelação social na contemporaneidade não produz vida socialmente harmônica, marginaliza a essência de valores de ordem socioambiental tradicionais (GIDDENS, 1991) e a conjuntura antropossocial deve ser levada em conta, além de entender que o poder está em todo o processo de produção da sociedade, não exclusivamente no Estado e nos atores gerenciadores da economia, mas na sociedade popularmente que a compõe (FOCAULT, 1998).

Assim, o desenvolvimento sustentável se aplica na possibilidade da sustentabilidade da vida humana diante de tantas divergências, discrepâncias, desigualdades sociais. E o desenvolvimento deve fortalecer-se no discurso sociopolítico ambiental em uma gestão compartilhada de poderes, podendo, assim, do conceito polissêmico do sustentar, conceber a possibilidade de uma nova composição crítica social e, daí, fazer surgirem os resultados tão esperados dos crivos propostos por tal termo.

COGESTÃO PARTICIPATIVA E CIDADANIA: POSSIBILIDADES DE EVENTOS E AÇÕES SOCIALMENTE TRANSFORMADORAS

Pensar numa nova composição sociocultural em nosso país é incontestavelmente robustecer o repensar do processo de produção que assola tanto a qualidade de vida da população e os modos de gerenciamento da política em escala local e nacional, mesmo com a expressiva amenização das diferenças sociais nos últimos anos¹ e a tímida presença popular nas questões políticas. Todavia, a proposta do desenvolvimento está estritamente atrelada à participação popular no núcleo de sua cidadania e de eventos socialmente transformadores, devendo a população, então, aproveitar o momento auspicioso que vivemos, enquanto participação democrática nos meios em que se fazem as políticas (FREITAS, 2007).

Neste contexto, o processo de produção do capital e as reivindicações dos processos sociais se apresentam como uma possibilidade de encontro de embates para promoverem modificação através de discussões e mobilidades fundadas em seus meios de transformação. É uma das formas de as variadas classes se apoderarem de uma discussão que se transforme em ação se dá através da apropriação do debate existente sobre o desenvolvimento sustentável enquanto proposta e intervenção que enfatizam abordagens holísticas, equitativas e clarividentes de tomadas de decisões em todos os níveis de escalas e noções de atividades econômicas e sociais. Não se estará enfatizando apenas o desempenho econômico, mas a equidade gerencial que podemos realizar deste, em um modelo o qual não é padrão, mas que atenda as necessidades de todos os sujeitos, e não apenas as engrenagens da produção.

Neste princípio, podemos compreender que é possível uma harmonia entre o homem e o meio ambiente coletivo, estando atrelado às condições da melhoria da qualidade de vida da população sem distinção de classe, onde se deve perceber o desenvolvimento sustentável, mesmo com todas as suas críticas ideológicas e aplicativas do mercado capitalista, como um projeto social e político o qual aponta para um novo ordenamento ecológico pautado, principalmente, na des-territorialização da produção do capital, promovendo novas formas de se entenderem os eventos ambientais. E, neste sentido, o processo de democracia e posicionamento social deve ser sentido de uma forma efervescente, pois somente com “[...] os novos princípios do processo de democratização da sociedade que se pode induzir a participação das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos [...]” (LEFF, 2002, p.57), sejam naturais ou socialmente construídos.

¹Advindo, principalmente, das políticas públicas assistencialistas, apoiadas e incrementadas com maior veemência no governo do ex-presidente da República Federativa do Brasil Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), estando em continuação com o governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-atualidade).

Para tanto, o processo de gestão compartilhada² dos poderes, de qualquer esfera política, deve ser percebido pela população, pois a sobrevivência social e ambiental do lugar e seu processo de seleção produtiva e natural devem ser compreendidos pela participação e incremento de discursos de todos os agentes.

Não adianta expressar os desconfortos dos processos de seletividade da produção, seus mecanismos e vulnerabilidades estendidos para o local (MARANDOLA & HOGAN, 2008) sem uma participação social ativa, na qual a gestão compartilhada deve ser entendida como forma que tenta mediar conflitos sociopolíticos e deliberar diretrizes para o bem coletivo (OLIVEIRA, et al. 2011), onde a resiliência e adaptação sobre os modos de produção que modelam as paisagens da vida humana devem ser repensadas não como um modelo de ajustamento social e ambiental (MARANDOLA, 2009), mas como possibilidade de uma mudança de reabilitação pela justiça social, advinda do povo.

A gestão integrada na política de democracia popular significa, então, “[...] compartilhar o poder de tomada de decisão entre o governo e instituições locais entre diferentes categorias de usuários, grupos e seus arranjos de compartilhamentos” (THÉ et al, 2006, p.09), momento de ativação de comunidades e grupos sociais que lutam, reivindicam pelos seus direitos, sejam populações tradicionais, operários e colaboradores de diversos setores da economia, uma vez que a gestão compartilhada somente acontecerá quando o ser humano compreender que o planejamento com estratégias sociais dialogadas é necessário e, portanto, é imprescindível repensarmos, cotidianamente, esta forma de organização do processo do capital e da estabilidade social, “[...] colocando em plenário as discussões e anseios, efetivando uma discussão íntegra e popular” (OLIVEIRA, et al, 2011, p.10).

Monteiro e Monteiro (2002, p.35) destacam que a gestão compartilhada é aquela que, sob variadas formas,

[...] articula diferentes tipos de gestão, criando novos canais de interação entre as pessoas, grupos, movimentos, organizações pertencentes à sociedade civil, e/ou ao setor privado, e/ou ao setor público, tecendo assim uma teia que promove a cooperação do todo e preserva a identidade das partes.

²A gestão compartilhada, cogestão, gestão democrática, dentre outras formas de se apresentar a democratização da participação popular diante das reivindicações sociais partem do pressuposto, neste trabalho, de que o desenvolvimento sustentável só se concretizará pela emergência da reflexão e participação por um desenvolvimento sociopolítico democrático real, que possibilite o equilíbrio de direitos e ações no território das comunidades, associações e grupos que são de uma forma política estruturada, pautando nas melhorias da qualidade de vida que refletem nas ações no meio ambiente e suas estruturas de produção, de equilíbrio ecológico e de perpetuação dos geossímbolos, advindo da experiência de vida dos sujeitos com o lugar, promovendo uma perpetuação da vida e da produção do capital de forma menos desagregadora.

As associações, comunidades de bairro, diversos³ sindicatos são mecanismos iniciais dessa democracia pregada pela gestão democrática, mas os modelos de conduzir as organizações comunitárias ou as gestões compartilhadas são, muitas vezes, questionáveis, já que as instituições locais existentes, muitas vezes, não são apropriadas politicamente para o regime da gestão democrática (ALMUDI, 2008; THÉ 2003). Mas, talvez, as agências governamentais e setoriais do capital são realmente as instâncias que estão sendo transformadas diante deste processo de caráter popular, por não terem assistido, antes, a uma crescente mobilização social nos últimos anos; ou seja, as dificuldades de transformações dos anseios sociais por melhoria de moradia, transporte, educação, condições de trabalhos, área verde (parques e reservas), dentre outros, são tomadas como pautas em reuniões e conselhos; todavia, a pressão social diante das constantes manifestações dos conselhos deve ser o principal caminho, pois a aversão sobre estes desejos é concebida pela classe dominante (SILVA, 1997).

Por outro lado, questionam-se as instituições governamentais engajadas em gestão compartilhada, as quais, muitas vezes, apropriam-se do termo gestão e exercem atitudes convencionais centralizadas, sem compartilhar de forma genuína os aspectos essenciais das decisões. Esta demanda de poder descentralizado em aspectos das ações de afirmação do Estado para as discussões dos grupos sociais, em suas gestões, deve ser entendida como elemento de emprego para equilibrar os desejos de todos os sujeitos, não devendo ocorrer a supervalorização de direitos, tornando obsoleto o emprego da cogestão. A hegemonia do individualismo ou as grandes estruturações intangíveis de diálogo pelo capital se flexibilizaram, ao mínimo, para tornar o processo de trocas de desejos ou equilíbrio de ações uma possibilidade de reflexão. Contudo, a população engajada na gestão compartilhada em suas instâncias deve ser crítica sobre os líderes de suas pautas (NALINI, 1997).

A política social do nosso país, desde as últimas décadas do século passado, tem sido marcada pela redefinição do papel do Estado a partir dos direitos universais da cidadania, descentralizando, de certa forma, o seu poder e inferindo possibilidade de ações práticas das gestões democráticas populares. Tem-se mais claro esse direito quando se assegura, em seus princípios e diretrizes, dentro da Constituição Federal de 1988, “[...] a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Art. 204), promovendo, de certa forma, uma mobilidade para a participação social sobre as ações do governo. E, dela, podendo surgir propostas de como

³Diversos atores, como por exemplo: as associações filantrópicas, culturais, desportivas, comunitárias, sindicatos e até mesmo as cooperativas.

fazer políticas sociais e ambientais em forma de lutas democráticas sem o papel do Estado tão presente e tendencioso (ACSELRAD, 2001).

Devemos entender que a gestão compartilhada é um “[...] reconhecimento dos direitos sociais e abertura de espaços públicos para a ampla participação cívica da sociedade” (SANTO JÚNIOR, 2001, p.228), o que se converge com a concepção de cidadania ampliada, permitindo “[...] a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação de decisões” (RAICHELIS, 2000, p.42), promovendo movimentos sociais de forças extremas nas localidades (SILVA, 1997), o que possibilita ao cidadão ser o gestor do local, indagador das ações e o interventor de sua realidade, juntamente com a comunidade, realizando uma forma de se pensar a produção do espaço e a sua experiência de vida, uma vez que “[...] quanto mais os cidadãos participam nestas ações, melhores e mais capacitados se tornam para fazerem a diferença” (PATEMAN, 1992, p.61).

A cidadania é um processo que não se vincula a uma estratégia política das classes dominantes, muito menos do Estado, com o intuito de incorporar os setores da sociedade excluída, com vista a oferecer uma integração social (DAGNINO, 1994; BENEVIDES, 1991). Pelo contrário, a promoção da participação da sociedade em comunidade, associações e outras formas de comunicação de direitos sociais é uma forma de apresentação que se confronta com o capitalismo (MOTTA, 1981), pois representa um espaço de esperança resignificada pela luta erguida diariamente.

Então, a conquista da discussão popular da sustentabilidade e do desenvolvimento social exige a reprodução da flexibilidade, a parceria, a pluralidade e a capacidade de continuidade da promoção de planos e ações em conselhos destas comunidades, pois, somente assim, poderemos entender o que de fato se implanta como desenvolvimento sustentável para a população que emerge do processo de produção.

A cogestão participativa atenua com o desenvolvimento sustentável pelo emprego das habilidades e desejos de um bem coletivo maior, conforme nos esclarece Marini (2002, p.32), sendo o seu objetivo comum:

[...] encontrar alternativas que superem as desigualdades, ampliando o espaço de inclusão na vida social, política e econômica na direção do desenvolvimento, a partir da internalização/fortalecimento dos conceitos de cidadania, equidade e transparência, além da temática própria da gestão contemporânea, que supõe maior eficiência e qualidade no tratamento do interesse público.

O discurso do desenvolvimento sustentável, como carro-chefe das incorporações do sistema capitalista, deve fazer entender, antes de qualquer coisa, em quê se concentra o

desenvolvimento social, diante da participação da democracia que deve mostrar-se como atuante no cenário local, para promover, de fato, mudanças no comportamento de consumo e das modelações no espaço, promovendo transformações perante as necessidades dos cidadãos que são acentuados, a todo o momento, pela pressão do mercado em sua produção, afetando o meio ambiente pelas ocupações e eventos concretizados pela real necessidade do homem de habitar e se estabilizar no local em sua dinâmica de sobrevivência diária. Então, o desenvolvimento deve ser feito de “baixo para cima” como forma de regular os distanciamentos das necessidades básicas. E, neste contorno, a partir de lutas, poderemos agir de forma sustentável em uma política que venha a agir de força uma em sua essência e íntegra nas relações ambientais, econômicas e, essencialmente, sociopolíticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência de se pensar na sustentabilidade econômica e ambiental revigorou uma relação de reflexão de discursos de base sociopolítica ambiental e que tem, nas cooperações sociais, a possibilidade de fortalecimento de ideias, práticas e ações sociais de cunho relevantemente democrático, em que a ação ambiental não se apresenta como partidária e restrita a classes e setores privilegiados da sociedade. Ela traduz uma possibilidade de impacto na opinião pública do que seja a sociedade e quais os retratos das ações contínuas da produção econômica socioespacial, trazendo uma forma de se pensar a reorganização dos poderes e até mesmo das instituições administrativas, propiciando um envolvimento mais amplo da sociedade nas ações políticas e de sua forma de governabilidade.

O diferenciador, neste discurso do desenvolvimento sustentável, é a saída desta prática da alocação para a possibilidade de uma nova composição social, ou seja, devemos perceber o des (+) envolvimento como a possibilidade de envolver a sociedade em uma nova prática socioambiental em moldes de equidade, sendo esta a chave principal para a obtenção de uma diferente forma de se compreender o espaço e de termos aquisições políticas feitas para todos e por todos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Políticas ambientais e construção democrática**. O Desafio da sustentabilidade. Um debate sócio ambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

ALMUDI, Tiago. **Opportunities and problems for participatory management in the Lagoon**. Tradução: Ricardo Oliveira. Master Thesis. University of Manitoba, Canada. 2008.

- BARRETO, Milza Costa. **Desenvolvimento local sustentável**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, 2001.
- BECKER, Bertha Koiffmann. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL, Antônio Cesar Pinho Júnior. **Fundamentos para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: CDS/UnB, 2002.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. Meio Ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DOWBOR, Ladislau. Educação, tecnologia e desenvolvimento. In: BRUNO, Lúcia (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996, p.17-40.
- FLORIANI, Dimas & KNECHTEL, Maria do Rosário. **Educação ambiental**: epistemologia e metodologias. Curitiba: Vicentina, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FREITAS, Rosana de Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectiva. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 65-74, jan./jun., 2007.
- FREITAS, Mário. A década da educação para o desenvolvimento sustentável – do que não deve ser ao que pode ser. In: **[Anais...]** Congresso V Ibero-Americano de Educação Ambiental, Associação Projeto Roda Viva, 2007, Joinville-SC.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: COIMBRA, José de Ávila Aguiar (Org.). **Fronteiras da ética**. São Paulo: Senac, 2002, p.25-47.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MARANDOLA, Eduardo & HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. In.: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 29 de setembro a 03 de outubro de 2008, Caxambu, **[Anais..]** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

MARANDOLA, Eduardo. Tangenciando a vulnerabilidade. In.: HOGAN, Daniel Joseph & MARANDOLA, Eduardo. **População e mudanças climáticas**. Dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: EdCAMPINAS, 2009.

MARINI, Caio. O contexto contemporâneo da administração pública na América latina. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 53, nº 4, p.31-52, out./dez., 2002.

MONTEIRO, João de Paula; BRASIL, Paulo Cavalcanti & MONTEIRO, Claudia. **Gestão Compartilhada**. Brasília: Personal Consultoria, 2002.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Burocracia e autogestão**: a proposta de proudhon. São Paulo, Brasiliense, 1981.

NALINI, José Renato. Poder Judiciário. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio Ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 1997.

OLIVEIRA, Daniela Gomes de; ALVES, Rahyan de Carvalho; VELOSO, Aline Martins; THÉ, Ana Paula Glinskfoi. A co-gestão e os pescadores artesanais do município de Pirapora, norte de Minas Gerais: redes de possibilidades. In: **[Anais...]** VI Encontro regional dos povos do cerrado, 2011, Pirapora-MG.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

RAICHELIS, Raquel. Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Cadernos ABONG**, São Paulo, nº 21, p.39-51., 2000.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. 3º ed. São Paulo: Vértice, 1993.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local**: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SILVA, Maria do Rosário da. A revitalização do local como espaço e constituição de uma nova noção de cidadania. In: BAPTISTA, Dulce (Org.) **Cidadania e subjetividade**: novos contornos e múltiplos sujeitos. São Paulo: Imaginário, 1997.

THÉ, Ana Paula Glinskfoi. **Conhecimento Ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG**. Tese de doutorado, PPG – ERN/UFSCar, São Carlos-SP, 2003.

THÉ, Ana Paula Glinskfoi, MANCUSO, Maria Inês Rauter; MELLO, Raimunda Queizo & APEL, Marcelo. Pescando pescadores: fortalecendo a organização comunitária para implementação do manejo participativo da pesca no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais. In: **[Anais...]** IV Conferência da ALASRU, 2006, Quito, Equador.

Recebido para publicação em 23/01/2013

Aceito para publicação em 13/03/2013